## DEMOCRACIA E AUTORITARISMO

Norberto Bobbio[1] aponta a Democracia perfeita como a expressão simultânea entre a "Democracia formal" e a "Democracia substancial". A primeira indica regras de comportamento enquanto a segunda indica a igualdade jurídica, social e econômica. (1992, p. 329) O autor afirma, ainda, que esse tipo de democracia nunca se realizou em nenhuma parte do mundo sendo, portanto, utópico.

Essa última expressão me fez refletir sobre a prática das sociedades indígenas no sistema de governo político. Essas sociedades tendem, em sua essência, à igualdade a partir de elementos construídos internamente ao longo do processo histórico e cultural.

Pierre Clastres[2], ao analisar essas sociedades, afirma que elas não assumiram a forma estatal não porque não tivessem condições práticas para tanto mas porque recusaram a forma de Estado enquanto um sistema opressor em contraposição às formas organizativas igualitárias constitutivas dessas sociedades.

Várias vezes presenciei, pela manhã ou à tarde, as reuniões dos membros de uma comunidade indígena Timbira do Maranhão no pátio da aldeia. Reuniam-se para discutir sobre seus problemas, resolver seus conflitos através do discurso, e também para tomar decisões relativas à vida em comunidade. A liderança exercia a função de equilíbrio entre as partes, nunca de imposição. Embora aflorassem os conflitos, afinal toda sociedade vive uma relação conflitiva, a liderança se punha numa posição de respeito das decisões e, com sua sabedoria, ajudava a apaziguar os conflitos.

É esse tipo de sociedade, afinal, a que Bobbio afirma ser utópica mas que existe em sociedades tradicionais onde as regras culturais visam à igualdade em todos os setores da vida.

Autoritarismo, do ponto de vista dos valores democráticos, é uma manifestação degenerativa da autoridade pelo fato de que essa prescinde do consenso e oprime a liberdade do povo (STOPPINI, in BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992, p. 94). Esse termo surge em contraposição ao termo democracia porque ele se situa do lado oposto à vontade popular ou de uma comunidade determinada.

Por isto quero novamente chamar a atenção para as sociedades indígenas e suas expressões democráticas as quais se expressam, em sua essência, em contraposição ao autoritarismo que a liderança poderia representar sendo assim a autoridade serviço e não imposição. A ela compete o bem estar de todos os indivíduos e a igualdade e harmonia entre eles na sociedade.

Esse preâmbulo é fundamental para entendermos algumas situações extremas que vêm acontecendo ao redor do mundo.

Chamo a atenção para algumas delas que, a meu ver, mostram como ultimamente, em nome da democracia, pratica-se o autoritarismo impondo certas situações que merecem nossa reflexão.

O primeiro caso diz respeito à situação Paraguaya. O julgamento político de Fernando Lugo, no mês de junho, por parte de um Congresso Nacional da direita latifundiária, depôs o presidente eleito pelo povo. Não queremos aqui julgar sua eleição e as forças políticas que o apoiaram, mas o que representa esse ato político que, em nome da democracia, se aplicam recursos autoritários para controlar sócio, política e economicamente uma nação. Idílio Méndez Grimaldi[3], colunista, pesquisador e analista paraguaio analisa a situação política a partir dos interesses das multinacionais do agronegócio apoiadas pelo governo dos Estados Unidos interessado em controlar política e militarmente o Atlântico Sul.

Outro caso é a luta que há meses os estudantes e trabalhadores vêm enfrentando no Chile como resistência a um regime que não admite o diálogo para a solução dos problemas sociais.

No Brasil, o Governo Dilma, através da Advocacia Geral da União (AGU) publicou em julho a portaria 303 que, atendendo ao capital, ao agronegócio e a outras formas econômicas e políticas

1 Bobbio, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília, DF: Edunb, 1992.
2 CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
3 GRIMALDI, Idílio Méndez. Monsanto golpea en Paraguay: Los muertos de Curuguaty y el juicio político a Lugo. In: http://www.aporrea.org/ddhh/a145685.html. Acessado em 30 de junho de 2012.

interessadas nas terras indígenas e suas riquezas, desrespeitando o art. 231 da Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinada pelo Brasil, deixa clara a intenção do governo em não estabelecer um diálogo democrático e transparente com os povos indígenas brasileiros.

Após 23 anos do Encontro de Altamira, no qual se discutia a implantação de usinas hidrelétricas na região do Xingu, atingindo as populações indígenas que ali habitam esse território imemorial, só mudaram os nomes: de Kararaô para Belo Monte mas a situação é a mesma. O Governo quer implementar, em nome do progresso a todo custo, ações que atingem as populações tradicionais, em sua maioria se utilizando da força policial e política incriminando lideranças indígenas, ambientalistas e defensoras dos direitos humanos.

Para sair da América Latina, basta refletir sobre a conjuntura econômica internacional. Ao invés de admitir a necessidade de mudanças que respeitem os países mais pobres e que foram até o presente momento explorados por uma economia liberal que sempre visou ao lucro e ao controle autoritários sobre a população e os estados, a preocupação maior é novamente a de desrespeitar a vontade popular e impor mais e mais dificuldades para a população: é o caso da Grécia, Espanha e Itália dentro do eixo da União Europeia; é o caso da Europa no eixo internacional com os Estados Unidos; é o caso dos países não alinhados (Oriente Médio e Árabes) dentro das imposições de controle em favor da defesa das economias ocidentais. As manifestações públicas nesses países foram reprimidas pela força policial e pelo autoritarismo em nome da democracia e do bem estar do povo.

Vale a pena se perguntar qual é esse bem estar que não respeita a vontade de quem mais sente pelas dificuldades através do desemprego, da descapitalização, enfim da pobreza. Estamos diante de regimes que se preocupam em manter o poder e se manter no poder. Podemos dizer que estamos próximos à imposição de regimes autoritários ou ditatoriais em nome da democracia. Vale a pena, portanto, se perguntar: a democracia pela qual se lutou muito na segunda metade do século XX, após a experiência de regimes totalitários que levaram à II guerra mundial, morreu ou está agonizando? Qual a nossa tarefa como educadores para uma sociedade e uma universidade verdadeiramente democrática?

Junho 2012

**Prof. Dr. Claudio Zannoni**
**Editor**